Estratégia de Retextualização: um estudo de caso da TD n° 0201 (F02A (100-242))

Virgínia Colares UNICAP

Resumo

Na justiça brasileira, a tomada de depoimentos (TD) se caracteriza como um inquérito no qual as perguntas do juiz são omitidas no documento que registra o evento. As **informações** dadas pelo depoente em resposta às perguntas, sem predeterminação de relações coesivas e/ou argumentativas, são registradas a partir de decisões interpretativas. A **estratégia de retextualização** se relaciona às máximas griceneanas de quantidade e modo no sentido de selecionar e reordenar o texto original. Esta análise empírica selecionou do *corpus*, com dez horas de gravação, uma TD e segmentou o documento em quinze **unidades informativas (UI)**, adotando como critério a estrutura proposicional/frasal de cada uma das partes que contém uma **informação**. Observamos que a inserção de conectivos (que, por que, por isso *etc.*) realiza operações argumentativas que não estavam presentes na fala do depoente. A organização da argumentação foi tratada com base em Ducrot; Anscombe (1978). Nessa perspectiva, não existe, para cada enunciação, a “verdadeira” interpretação com apenas um valor semântico. O contexto enunciativo define a instância e valor semântico dos enunciados. Sendo assim, o juiz interpreta com base nos interesses jurídicos. Como resultado, constatamos que, na passagem do depoimento oral para o documento escrito, o conjunto da produção de fala do depoente, numa estrutura de participação conversacional, disposto sucessivamente em resposta às perguntas do juiz, é reordenado no documento com inserção de conectivos que realizam operações argumentativas, ou seja, a **estratégia de retextualização** determina a direção para a qual o texto conduz. Pode-se concluir que o texto-documento nem sempre corresponde ao texto-depoimento.

Palavras-chave: estratégia de retextualização, tomada de depoimento, linguagem e Direito.

STRATEGY OF RETEXTUALIZATION: A CASE-STUDY OF TD N° 0201 (F02A (100-242))

Abstract

Under Brazilian court practice, the taking of statements (TD, in Portuguese) is characterized as an inquiry in which the judge's questions are omitted in the document that registers the event. The **information** given by the testifier in response to the questions, without predetermination of cohesive and/or argumented relationships, are recorded from interpretative decisions. The **strategy of retextualization** is related to the Gricenean maxims of quantity and manner in the sense of selecting and re-ordering the original text. This empirical analysis selected a TD from the *corpus*, which has ten hours of recording, and segmented the document into fifteen **information units (UI)**, adopting as the criterion the propositional/phrasal construction of each one of the parts which contain an **item of information**. We observe that the insertion of connectives (that, because, therefore, etc) perform argumentative operations which were not present in the words the testifier used. The organization of how the argumentation was dealt with, is based on Ducrot; Anscombe (1978). Using this point of view, a 'true' interpretation with only one semantic value does not exist for each utterance. The context of the utterance defines the instance and semantic value of the utterances. Therefore, the judge interprets based on juridical interests. As a result, we state that, when the oral evidence is turned into a written document, all of the testifier's utterances, made under a structure of conversational participation, laid out successively in answer to the judge's questions, are re-ordered in the document with the insertion of connectives which perform argumentative operations, that is to say, the **strategy of retextualization** determines the direction in which the text leads. The conclusion may be drawn that the text-document does not always correspond to the text given in oral testimony.

Key-words: strategy of retextualization, taking oral statements, language and Law.

1 Apresentação

A **estratégia de retextualização** consiste no processamento da tessitura textual do documento judicial. O juiz, no papel de mediador, constrói o documento a partir de um projeto totalizante que assegura a permanência de uma representação textual coerente e completa, numa determina-

da orientação argumentativa. Ao interpretar, substituir, omitir, selecionar itens léxicos, sintáticos ou estilísticos, transformar discurso direto em indireto, o juiz está operando com a **estratégia de retextualização**.

Tomado de empréstimo da música, o termo *tessitura* remete à noção de organização/ contextura. A idéia semântica de unidade, de encadeamento, de ligação entre as partes de um todo constitui a etimologia da palavra. O uso pela Lingüística de Texto não é, portanto, uma mera inovação terminológica, mas uma noção que revela posturas teóricas assumidas pelos estudos do texto.

A noção de *jogos de linguagem* de Wittgenstein, fundada na possibilidade de mudança de conceitos e significados a partir da função que os textos assumem na comunidade, desencadeou os estudos da pragmática lingüística (ou *filosofia da linguagem ordinária, de uso cotidiano*), influenciando aqueles que rejeitaram as análises estritamente formais das estruturas lingüísticas usadas para descobrir os significados de palavras e frases. Isemberg (1968 apud FÁVERO; KOCH, 1988, p. 53-62) tratou a função comunicativa global de um texto, denominada **textualização** (*vertextung*), nas análises que realizou da interpretação que as pessoas faziam das relações entre seqüências de enunciados assindeticamente conjugados.

Os dados deste estudo evidenciam que o conjunto de conteúdos informativos da produção de fala do depoente, disposto sucessivamente, em resposta às perguntas do juiz, sem predeterminação de relações coesivas, aparece apresentado no documento da justiça com inserção de conectivos (que, por que, por isso *etc.*), que aferem a função comunicativa global do texto e evidenciam a **estratégia de retextualização**.

A literatura das análises lingüísticas no âmbito do texto, o próprio da língua, na montagem de modelos teóricos mais globais, traz a dicotomia entre “algo” lingüisticamente manifesto e perceptível aos sentidos (conseqüentemente, **descritível**) e “algo” subjetivo, ideológico, discursivo que, preservados certos limites de “autorização” e “interdição”, seria **interpretável**. Referindo-se ao tratamento metodológico dado aos textos nas ‘práticas de análise’, Pêcheux (1990, p. 43-57) afirma que há uma alternância ou mesmo superposição entre momentos de **descrição** e de **interpretação**. Para o autor, (PÊCHEUX, 1990, p. 53) não se trata de etapas sucessivas ou exclusivas: “... todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente).”

Koch (1993, p. 31-33) trata a dicotomia entre o **descritível** e o **interpretável** considerando que o que se denomina texto é exatamente o encadeamento de enunciados que mantêm diversas relações, agrupadas em dois grandes tipos: (a) lógicas ou semânticas, responsáveis pela coesão textual e veiculam **informações** e (b) paralógicas, discursivas ou pragmáticas, que se estabelecem entre enunciado e enunciação, em um evento particular, e veiculam atitudes ideológicas e **argumentatividade**.

Nessa perspectiva, a **estratégia de retextualização** opera com a mera “transposição” de enunciados efetivamente produzidos, considera apenas a **informatividade** das proposições (relações lógicas). Por outro lado, a estratégia pode relegar aspectos relevantes do evento particular no qual os enunciados foram produzidos (relações paralógicas) as quais tentam dar conta de atitudes ideológicas e da

argumentatividade, como será visto na análise do *corpus* deste estudo.

Ducrot e Anscombre (1981, p. 229-261) demonstraram que a redução da atividade de “raciocínio” em linguagem à **lógica** (sistema de valores de verdade) é inaceitável, porque os falantes das línguas naturais “aceitam” encadeamentos considerados absurdos à **lógica**, em termos de valores de verdade. Segundo os autores, a recusa ou aceitação dos usuários da língua aos enunciados não são verdadeiramente impostos, mas decorrem de hipóteses externas (observação) e hipóteses internas (mecanismos explicativos).

A impropriedade da lógica para tratar funcionamentos cotidianos da língua – o “não-logicamente-estável” – é descrito por Pêcheux (1990, p. 43) como “... um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos”. Sendo assim, o objeto da Linguística em suas manifestações cotidianas estaria

...atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida *a priori*, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX, 1990, p. 51)

Tanto o “raciocínio”, que se manifesta em níveis de hipóteses (categorias) ‘observacionais’ e ‘mecanismos explicativos’ (DUCROT; ANSCOMBRE, 1981), como o “saber”, que se realiza em ‘manifestações’ e ‘transformações do sentido’ (PÊCHEUX, 1990), estão vinculados aos processos cognitivos de um indivíduo produtor/receptor de linguagem, o que coloca em jogo a constituição da textualidade.

Na nossa análise, o indivíduo produtor/receptor de lin-

guagem – o juiz – assegura ao discurso a permanência de uma certa representação coerente e completa das informações prestadas. O documento produzido reflete um projeto de tessitura e construção da argumentação que assegura a unidade textual. A noção de **modalização** de Weinreich (apud FÁVERO; KOCH, 1988) evidencia as atitudes do sujeito ante o enunciado que produz. A **modalização** se manifesta pela inserção de encadeadores, marcas lingüísticas que estabelecem vários tipos de relações, e, assim, converte o sujeito em autor do texto produzido.

A justiça é uma instância institucional marcada pela assimetria interativa. Na justiça, ocorre o ‘ato performativo de fala’ no qual a enunciação, por si só, realiza a ação enunciada (AUSTIN, 1962). Comenta DUCROT (1977, p. 87-88): “...o enunciado de uma sentença por um magistrado pode ser facilmente considerado como um ato jurídico, porquanto nenhum efeito vem-se intercalar entre a fala do magistrado e a transformação do acusado em condenado – já que é a fala que condena”.

No caso das tomadas de depoimento, objeto desta análise, mesmo não pertencendo ao tipo textual *sentença* (comentado acima), a fala do magistrado, ao ditar ao escrevente o que deve constar nos autos, a partir das informações prestadas pelo depoente, transforma o texto-depoimento em texto-documento.

A inserção de encadeadores, ausentes na fala do depoente, é uma interferência no texto-documento que manifesta os meios pelos quais o juiz considera/avalia as informações contidas no depoimento. Sendo assim, torna-se possível questionar quem é o sujeito da enunciação, quem é o autor do texto-documento. Não será o próprio magistrado, no papel de mediador?

2 Metodologia

Por se tratar de uma pesquisa em seqüência à pesquisa já realizada (ALVES, 1992), a amostra que será analisada integra o acervo de pesquisa **INTERAÇÃO VERBAL NA JUSTIÇA/TOMADA DE DEPOIMENTO (IVJ/TD)** o qual vem sendo organizado desde 1988.

O armazenamento do acervo de dados extraídos de situações autênticas na justiça está configurado em:

(a) diário de campo e fichas de registro com autorização por escrito dos juízes das comarcas;

(b) dados orais: interações verbais entre juiz, depoentes e advogados registradas em gravações (10 horas), em fita-cassete (BASF-cromo extra II 60), utilizando-se gravador Panasonic (tipo profissional);

(c) dados escritos: transcrição digitalizada das gravações, fotocópia dos documentos escritos datilografados mecanicamente pelos escrivãos, registrados nos cartórios das varas (assentatas, termos de audiência etc.).

Utilizou-se o modelo de transcrição da Análise da Conversação proposto pelo projeto NURC (Norma Urbana Culta). A primeira fixação dos dados (transcrição bruta) era feita no mesmo dia da gravação, para incorporar ao material verbal as anotações de elementos contextuais e gestuais, registrados no diário de campo. Após algumas análises, era feita a “transcrição básica” como resultado de um processo lento, contínuo e seletivo. Os enunciados produzidos pelos interlocutores foram preservados integral e literalmente. A ordenação do “corpus” segue os critérios adotados para o acervo (ALVES, 1992, p. 52).

O registro dos dados orais seguiu o modelo de transcrição proposto pela Análise da Conversação – uma seqüência cronológica (MARCUSCHI, 1986). Por se tratar de análi-

se estratégica, na perspectiva da linha de pesquisa “organização lingüística da produção oral e escrita”, os dados receberam uma formatação adequada ao objetivo da análise.

Esta análise tem por objetivo caracterizar a **estratégia de retextualização** a partir do cotejo das **unidades informativas (UI)** do texto-depoimento e do texto-documento. As UIs foram configuradas e estruturadas a partir das informações extraídas do documento da audiência registrado em cartório. Adotamos como critério a estrutura proposicional / frasal a partir do núcleo verbal de cada uma das partes do texto-documento que contém uma informação relevante para o processo. O texto-documento, registrado no acervo sob o nº 0201(F02A (100-242), foi segmentado em quinze UIs. As UIs foram numeradas de 1 a 15, grafamos em negrito as palavras textuais do documento e, logo abaixo, registramos com letra normal os enunciados transcritos da gravação efetivamente produzidos pelo depoente, os quais geraram a documentação nos autos do processo (texto-documento). As informações das quais não foi possível resgatar a referência anafórica, na fala do depoente, no texto-depoimento, foram representadas nas UIs pelo signo matemático $\emptyset$.

A análise do material lingüístico das UIs realizou-se a partir das seguintes categorias de análise: (1) tempos verbais; (2) modalização; (3) negação; (4) narrativa; (5) operadores argumentativos e (6) índices de polifonia.

Texto-documento / segmentação em unidades informativas

-
1. **...que o depoente estava nas proximidades do local da ocorrência,**
eu estava lá né?
-
2. **MAS não viu quando o crime foi praticado;**
não
-
3. **que o depoente viu apenas o tumultuo;**
assisti ah: eh: vi só a: o tumultuo
-
4. **que, segundo informações dadas ao depoente através de terceiros,**
bem assim me falaram que/ eu nem sei
-
5. **tudo começou por ter o acusado (nome) batido em uma garrafa**
∅
-
6. **o que desagradou a vítima e o grupo de pessoas que com ela estavam;**
∅
-
7. **que, por isto a vítima e os demais companheiros da mesma**
três ou talvez até mais
passaram a agredir fisicamente(nome do acusado)
aí começaram a espancar né?
-
8. **que, segundo informaram ainda ao depoente, o acusado estava desarmado**
assim me falaram ele não estava armado não
quando foi espancado pela vítima e seus companheiros;
justamente quando começaram a espancar
-
9. **que o acusado ante a ação dos seus agressores**
∅
armou-se com um gargalo de garrafa
a::: única coisa que ele tinha em mãos foi o/realmente foi a garrafa que já tinha se quebrado
-
10. **e feriu a vítima;**
∅
-
11. **que o depoente não compareceu ao local da ocorrência,**
não não
-
12. **retirando-se dali quando viu a confusão;**
na na naquela agitação toda eu me saí né?
-
13. **que o depoente não conhecia a vítima (nome)**
não
-
14. **que o depoente é amigo do acusado (nome)**
é
-
15. **que foi o pai do acusado (nome) que chamou o depoente para prestar**
foi o pai dele que falou comigo disse/
depoimento nos autos
-

3 Análise da amostra

3.1 Tempos verbais

WEINRICH (apud FÁVERO; KOCH, 1981, p. 43-46) postula o estudo da “macrossintaxe do discurso” a partir do enlace da significação com a situação comunicativa, com base na sintaxe dos tempos verbais, entre outros elementos lingüísticos. Para o autor (WEINRICH apud FÁVERO; KOCH, 1981), “mundo” é o possível conteúdo de uma comunicação verbal que se manifesta através de marcas lingüísticas, os “mundos” revelam-se nas formas verbais. O “**mundo comentado**” consiste no falar comprometidamente, é um relato que designa hábitos/atitudes, enquanto o “**mundo narrado**” revela maior neutralidade, tem validade limitada e assinala falta de compromisso, de adesão e engajamento do locutor ao que diz.

No caso do português, inclui-se o pretérito perfeito no grupo dos tempos verbais do “**mundo comentado**” pelo fato de ocorrer uma espécie de neutralização de ter valor retrospectivo com relação ao tempo zero do presente (KOCH, 1993, p. 186).

Sistematicamente, na construção do texto-documento, há passagem do discurso direto para o indireto. O procedimento, no nível da organização textual, prevê que haja conversão das formas verbais de um “**mundo comentado**” para um “**mundo narrado**”. Entretanto observa-se, na amostra nº 0201(F02A (100-242), que há predominância do tempo verbal pretérito perfeito (“**mundo comentado**”) no texto-documento. Apesar da conversão do discurso direto para o indireto, prevalece o valor retrospectivo do pretérito perfeito (2. viu; 3. viu; 5. começou; 6. desagradou; 7. passaram a agre-

dir; 8. informaram; 9. armou-se; 10. feriu; 11. compareceu; 15. foi, chamou para prestar).

O pretérito imperfeito pertence ao grupo dos verbos do “**mundo narrado**”; mas as três ocorrências do verbo *estar* no pretérito imperfeito (1. estava; 6. estavam; 8. estava desarmado) assinalam o valor semântico do “**mundo comentado**”. Aos usos das UIs 2 e 8, segue-se o juntor temporal *quando* (foi praticado; foi espancado), que tem a função de encadear a ação aos verbos no pretérito perfeito composto, na voz passiva. A UI 6 remete ao conteúdo semântico de companhia.

A UI 14 traz o verbo *ser* no tempo presente (é), uma aparente impropriedade num contexto organizado com formas do pretérito. Mas, do ponto de vista estratégico, é uma marca lingüística que assinala a atualidade da informação no tempo zero. De todo o depoimento, o registro de “que o depoente é amigo do acusado(nome)” pode assinalar a pouca validade jurídica do depoimento prestado. A UI 13 registra “que o depoente não conhecia a vítima (nome)”.

Há necessidade jurídica de que a forma verbal remeta a um tempo zero pela possibilidade da documentação vir a se constituir uma prova testemunhal. A predominância de usos verbais do “**mundo comentado**” caracteriza a **estratégia de retextualização** como um procedimento de mediação que pode transformar o juiz em autor do texto na construção da tessitura textual coerente e completa. Ao elaborar o relato, o mediador constrói a sintaxe dos tempos verbais de maneira que sua atitude, ante o depoimento prestado, manifesta-se pelos enlaces estabelecidos entre a situação comunicativa e a significação do texto-documento, como um todo.

3.2 Modalização

Na **retextualização** do depoimento, o ato de produção do texto pelo juiz – a enunciação do texto-documento – define as marcas deixadas pelo sujeito em seus enunciados. Não ocorre um mero registro do depoimento, como imagina, talvez, a justiça, que supõe uma noção de texto como um “produto” pronto e acabado com significado imanente, independente do contexto e funcionamento discursivo no qual teve origem.

A literatura da análise da enunciação apresenta como **modalizadores** os elementos lingüísticos, diretamente ligados ao evento de produção dos enunciados, que funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do locutor com relação ao seu discurso. Na análise da enunciação, três conceitos são fundamentais: (1) **distância** ou grau de engajamento do sujeito/falante ao seu discurso que considera a relação entre o sujeito e o “mundo” (na acepção weinreichiana de um domínio do conteúdo), que pode ter a marca de adesão máxima ou mínima; (2) **transparência / opacidade**, que, de alguma forma, evidencia o papel dos personagens cujas vozes se fazem ouvir no interior de cada discurso, o grau de transparência evidencia a presença ou apagamento do sujeito da enunciação; (3) **tensão** evidencia as relações entre falante e ouvinte por intermédio do texto.

A marca lingüística mais saliente da **estratégia de retextualização** é o pronome relativo **que**. No texto-documento, o **que** assume as seguintes funções textuais: (a) introduzir as unidades informativas; (b) indicar a troca de parceria interativa do juiz (do depoente para o escrevente), geralmente assinalada pela elevação de voz na fala; (c) con-

seqüentemente, indica o limite entre os momentos (i) comunicativo, (ii) consignativo e (iii) assentativo da etapa construtiva do documento. (ALVES, 1992, p. 126-138)

Cada uma das funções estabelece relações textuais diferentes. Na função (a), introduzir as unidades informativas, o **que** estabelece relação anafórica ao cabeçalho do documento da audiência a seguir:

“Aos costumes disse nada. Testemunha compromissada na forma da lei, prometeu dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, tendo o juiz advertido acerca dos efeitos penais do testemunho falso, **inquiri disse** (grifo nosso): ...”

A relação de referência à expressão “**inquiri disse: (que)**” tem a função de ‘modalizador de declaração’, corresponde a “o depoente declara que ...”. A introdução das informações modaliza a distância máxima do enunciador(o juiz) ao texto que se segue, assim como a transparência máxima do sujeito em relação às vozes discursivas que pertencem a outros personagens do discurso. A utilização do ‘modalizador de declaração’ assegura ao juiz o papel discursivo de mediador das UIs constantes no texto-documento. Por outro lado, considerando as funções (b) e (c) referentes à interação no evento TD, a modalização assume caráter formulaico na “tradição tradutória” dos depoimentos em documentos. O caráter formulaico reduz, em parte, a força do modo como aquilo que se diz foi dito; o ‘modalizador de declaração’ esconde todo o procedimento de seleção de encadeamentos que asseguram a tessitura textual e apontam conclusões, direcionando o texto.

3.3 Negação

Enunciados negativos representam um conflito à medida que há refutação de enunciados. Moeschler (*apud* MAINGUENEAU, 1993, p. 82-83), apoiando-se no fato de que a negação é uma marca discursiva que tem a propriedade de incidir sobre um elemento delimitado, de possuir um campo, distingue três tipos de refutação através da negação polêmica. São elas:

- (1) **RETIFICAÇÃO** - a incidência recai sobre um dos constituintes de um par antonímico; a negação seleciona o elemento refutado;
- (2) **REFUTAÇÃO PROPOSICIONAL** - a incidência da negação não é definida; conserva os pressupostos do enunciado rejeitado, recusa apenas a primeira asserção sem corrigi-la;
- (3) **REFUTAÇÃO PRESSUPOSICIONAL** - a incidência recai sobre a pressuposição associada ao enunciado; o quadro discursivo que se pretendia impor é contestado.

O evento TD trata de fatos efetivamente ocorridos; nosso sistema jurídico *positivo* evita enunciados negativos. A UI 4, por exemplo, omite enunciados negativos produzidos pelo depoente na interação oral (“bem assim me falaram que/ eu **nem** sei”(grifo nosso)); a UI 7 também não registra dúvidas (“três ou talvez até mais”); na UI 8, há substituição da dupla negação [(“ele **não** estava armado **não**” (grifo nosso)] por “desarmado” que preserva o mesmo campo semântico, mas reduz a força ilocutória do ato de fala do depoente. Há, portanto, pela própria natureza do texto-documen-

to, predominância de enunciados declarativos afirmativos nas UIs. A utilização de declarativas negativas remete ao procedimento estratégico da **retextualização**.

Observa-se, nesta amostra, que as duas ocorrências de retificação (1) abaixo aparecem estruturas similares que abrem (a) e fecham (b) o relato que o juiz faz das declarações do depoente.

1. **...que o depoente estava nas proximidades do local da ocorrência,**
 - (a) 2. **MAS não viu quando o crime foi praticado;**
 3. **que o depoente viu apenas o tumultuo;**
-
- (b) 11. **que o depoente não compareceu ao local da ocorrência,**
 12. **retirando-se dali quando viu a confusão;**

O **não** da UI 2, que corresponde ao segmento (a), acima, decorreu de reordenação tópica das informações enunciadas pelo depoente, na interação face a face, como pode ser observado no texto-depoimento (ALVES, 1992: 150) abaixo:

1. J o senhor assistiu a esse crime?
2. D não
3. eu estava
4. lá
5. né(.)?
6. assisti ah: eh: só o tumulto
7. J como é?
8. D vi só a:: o tumulto
9. J viu só o tumulto?
10. D só

As similaridades de (a) e (b) podem ser reconhecidas a partir dos seguintes critérios:

(I) repetições:

“que o depoente” (construção formulaica), nas UIs 1, 3, e 11;

“local da ocorrência”, nas UIs 1 e 11;

“quando”, nas UIs 2 e 12;

“viu”, nas UIs 3 e 12;

“não”, nas UIs 2 e 11.

(II) mesmo campo semântico: 1. “ocorrência”; 2. “crime”; 3. “tumulto”;

11. “ocorrência”, 12. “confusão” são itens léxicos que integram um contínuo e estão presentes nas cinco UIs comparadas.

(III) estruturação sintática:

legenda: **X** corresponde ao depoente,
Y corresponde ao contínuo semântico do item (II)

UI 1 -> **X** sim em **Y** (local da ocorrência) (a)

UI 11 -> **X** não em **Y** (local da ocorrência) (b)

UI 2 -> **X** não viu **Y'** (crime) (a)

UI 3 -> **X** sim viu **Y''** (tumulto) (a)

UI 12 -> **X** sim viu **Y'''** (confusão) (b)

A orientação argumentativa de (b) leva à contradição de (a) a partir dos questionamentos:

- (1) “o depoente estava nas proximidades do local da ocorrência”(UI 1)
ou “o depoente não compareceu ao local da ocorrência”(UI 11)?
- (2) Qual a distância de “proximidades”?
- (3) “o depoente viu apenas o tumulto”(UI3) ou retirou-se dali (referência dêitica anafórica ao local da ocorrência) quando viu a confusão?
- (4) O depoente assistiu /viu o crime ou não viu?
- (5) Qual a distinção entre “ocorrência”, “crime”, “tumulto”, “ocorrência” e “confusão”?

Os segmentos lingüísticos que abrem (a) e fecham (b) as declarações do depoente não são possíveis num mesmo “mundo”, estão encadeadas de forma a uma anular a outra. Na totalidade textual, funcionam como argumento em favor de que o depoimento prestado é tendencioso, falso ou mentiroso.

3.4 Narrativa

A **estratégia de retextualização** constrói uma narrativa do relato da ocorrência. A *narratividade* constitui um dos níveis de estruturação do sentido do texto. Na perspectiva laboviana, os enunciados na estrutura narrativa têm a característica de relatar a transformação de um estado inicial para um estado final ou conclusão. A transformação de estados ocorre em consequência da ação dos personagens narrativos, através de enunciados de estado e de ação introduzidos pelo narrador.

A estruturação da narrativa estabelece uma cronologia dos episódios e uma orientação espacial a partir da ordenação seqüencial das UIs. O encadeamento dos episódios narrativos delinea a **situação**, o(s) **acontecimento(s)**, **causa(s)** e / ou **conseqüência(s)**. A narrativa dessa amostra traz a **avaliação** do narrador nas seqüências que abrem (a) e fecham (b) as declarações do depoente, como foi analisado anteriormente. As UIs 13 - 15 complementam aspectos da **situação** narrativa, algumas circunstâncias que fornecem pistas para a orientação argumentativa da resolução da trama. A narratividade do relato (registrado no acervo n° 0201 [(F02A (100-242)] se evidencia na estruturação do texto nas seguintes partes:

(A) **fonte da narrativa**

UI 4. que, segundo informações dadas ao depoente **através de terceiros,**

o motivo gerador

UI 5. tudo começou por ter o acusado (nome) batido em uma garrafa

agente da ação

UI 5. **o acusado (nome)**

(B) **conseqüências**

1ª da ação de (A)

UI 6. o que desagradou a vítima e o grupo de pessoas que com ela estavam;

2ª da ação de (A)

UI 7. que, por isto a vítima e os demais companheiros da mesma passaram a agredir fisicamente(nome do acusado)

(C) **reação do acusado a (B) situação**

UI 8. que, segundo informaram ainda ao depoente, o acusado estava desarmado quando foi espancado pela vítima e seus companheiros;

acontecimento

UI 9. que o acusado ante a ação dos seus agressores armouse com um gargalo de garrafa

(D) **resolução da trama**

UI 10. e feriu a vítima;

Trata-se de uma narrativa completa. Como já foi visto, a **retextualização** omitiu a *dúvida* do depoente (UI 4) do relato. As UIs 5 e 6 não têm equivalência na fala do depoente, são, portanto, inferências no processamento da **estratégia de retextualização**.

3.5 Operadores argumentativos

Procedimentos argumentativos são recursos que o produtor do texto utiliza com vistas a levar o leitor a *acreditar* nas informações contidas no texto. As **informações** dadas pelo depoente em resposta às perguntas, sem pré-determinação de relações coesivas e/ou argumentativas, são registradas a partir de decisões interpretativas. O procedimento textual mais saliente da **estratégia de retextualização** consiste na inserção de encadeadores que realizam a argumentação e evidenciam as decisões interpretativas.

Na semântica argumetativa de Ducrot, operadores argumentativos são uma série de morfemas que cada língua

tem em sua gramática, responsáveis por estabelecer relações com a pretensão de orientar o interlocutor para determinadas conclusões e excluir outras. No material analisado, encontram-se os seguintes operadores argumentativos:

1. TUDO (UI 5), pronome indefinido que remete ao campo semântico da totalidade das coisas (tumulto, crime, ocorrência) ou à “coisa essencial, fundamental” da qual trata a narrativa;
2. POR TER (UI 5): a preposição *por* é uma partícula usada no encadeamento sintático como juntor do agente da voz passiva, determina o agente da ação (o acusado) e a causa de *tudo*;
3. O QUE (desagradou) (UI 6) tem a função de orientar no sentido de fornecer a consequência da ação anterior (UI 5) e a causa da ação subsequente (UI 7);
4. QUE (UI 7), pronome relativo com função de introduzir oração subordinada na rede de relações argumentativas;
5. POR ISTO (UI 7): a partícula *por* é utilizada para juntar ao que a antecede o complemento terminativo (*isto*, referência anáforica) e lhe determinar a significação;
6. AINDA (UI 8), advérbio que sinaliza o excesso temporal ou repetição da UI 4 (procedência da informação) e orienta para a insistência do depoente em negar o fato de ter assistido ao crime, apesar de várias informações prestadas. Estabelece, assim, o encadeamento com a conclusão de que o depoente pode estar mentindo;
7. ANTE (UI 9), preposição do campo semântico *em consequência, de* tem a função de introduzir o argu-

mento para inserção da UI 10 que traz a resolução da trama narrativa.

O MAS (UI 2) remete à idéia de contraste. Ducrot; Anscombe (1978, p. 237-238) assinalam que a utilização do *mas*, na segunda proposição de uma seqüência, tem a função argumentativa de dar uma razão para recusar essa conclusão que sobrepuja a razão inversa apresentada na primeira proposição; nas palavras dos autores: "...não é somente contrária ao que se deve concluir da segunda: ela é diretamente contrária à própria segunda proposição." Para os autores, as avaliações ou apreciações do locutor sobre as conclusões possíveis, geralmente, são introduzidas pela conjunção *mas*, chegando a ser um traço específico da conjunção.

3.6 Índices de polifonia

A noção de *polifonia* remete às várias vozes de um discurso. Tannen (1989) argumenta que a noção de *polifonia* bakhtiniana como um *mosaico de citações* pode ser adequada às interpretações da obra de arte literária em sua forma definitiva/ estática, mas, para análises de situações autênticas de interação, torna-se inadequada por não dar conta da alternância dos papéis.

A teoria da polifonia, sistematicamente desenvolvida por (DUCROT, 1977, 1981), evoluiu em sua formulação, em várias publicações. Na versão de 1969, Ducrot propõe uma teoria semântica na qual o enunciado produz:(a) um ato ilocutório de asserção (ou outro) – **o posto** – no qual o que é dito no enunciado é de exclusiva competência do locutor; (b) um ato ilocutório de pressuposição – **o pressuposto** –, que possibilita dizer implicitamente alguma coisa, recorrendo ao

interlocutor para, juntos, interpretar o que foi dito. Na semântica argumentativa (1972), Ducrot propõe uma escala argumentativa, partindo da assunção de que a argumentatividade é uma atividade que deve deixar traços na organização lingüística do texto, os nexos lingüísticos funcionam como operadores argumentativos. A orientação argumentativa, no universo discursivo, fornece critérios de avaliação da coerência dos argumentos. Na reformulação da descrição de **pressuposição** (DUCROT, 1977), esta é entendida como um ato de fala que pode ocorrer no nível do enunciado ou aparecer na forma de subentendido. O alocutário necessita considerar o contexto e as condições em que o discurso foi produzido para sua interpretação. Em 1980, a teoria da polifonia introduz a distinção entre locutor e enunciador, rompendo a unicidade do sujeito da enunciação. O **locutor** é aquele que produz as palavras no momento da enunciação e por elas se responsabiliza; nem sempre é o autor empírico do discurso, freqüentemente, coincide com o falante do discurso. O **enunciador** é aquele a quem é atribuída a responsabilidade dos atos ilocutórios veiculados pelo enunciado do locutor. A reelaboração da teoria da polifonia (1984) propõe outra fragmentação na figura do locutor. O locutor passa a ser uma figura não enunciativa, diversa do falante, externa ao discurso. Assim, [L] é o locutor enquanto responsável pela enunciação, constituído no nível do dizer, através da forma do enunciado. [I] é o locutor enquanto ser-no-mundo, constituído no nível do dito, através do conteúdo do enunciado. O enunciador [E] opera no nível do posto e do pressuposto. As vozes [E1] e [E2], veiculadas através da enunciação, expressam pontos de vista com os quais o locutor se identifica ou a eles se opõe.

A **estratégia de retextualização**, no processo de produção do texto-documento, apaga as marcas da subjetividade enunciativa; é evidente que existe um autor, mas o texto apaga as vozes do “locutor” que se responsabiliza por sua enunciação. Quando o depoente assina o texto-documento, passa a ser o único responsável legal pelos enunciados escritos, mas ele não foi o autor efetivo (ser-no-mundo) locutor desse texto; na realidade, trata-se de uma “ficção discursiva”.

Authier (*apud* MAINGUENEAU, 1993, p. 75-110) distingue a **heterogeneidade mostrada** e **heterogeneidade constitutiva**. A segunda não é assinalada na superfície textual, os analistas formulam hipóteses, através do interdiscurso, de formações discursivas. A **heterogeneidade mostrada** trabalha as manifestações explícitas, recuperáveis a partir da enunciação. Nessa perspectiva, assinalamos índices de polifonia manifestos nas UIs 4 e 8. A seguir:

4. **que, segundo informações dadas ao depoente através de terceiros,**
8. que, segundo informaram ainda ao depoente, o acusado estava desarmado quando foi espancado pela vítima e seus companheiros;

O registro do depoimento é feito a partir de asserções atribuídas a terceiros; são outras vozes que falam. Desde a UI 2, fica registrado que “o depoente não viu quando o crime foi praticado”, trata-se de uma testemunha de “segunda mão”. Na maioria dos países, uma das regras de interação na corte é não falar de fatos dos quais a própria pessoa não tenha presenciado. Fica interdito declarar “declarações” de terceiros, locutor e enunciador devem coincidir. “*A witness may not ordinarily repeat what other persons said about the events*”

being reported” (O’BARR; CONLEY, 1985, p. 666).

4 Breve comentário

Na Justiça brasileira, o uso efetivo evidencia uma concepção de língua como uma categoria estática. O registro do depoimento decorre de complexo processo de interação, no evento comunicativo, tomada de depoimento (TD). O documento judicial não registra a totalidade do depoimento prestado, sofre processos de transformação pela **estratégia de retextualização** devido à mediação do juiz. A complexidade manifesta-se em vários níveis lingüísticos e discursivos. Fenômenos como alternância de parceria interativa do juiz; mudança na modalidade discursiva: diálogo a monólogo; alteração no código da mensagem: oral a escrito; variações na natureza dos enunciados produzidos: perguntas, respostas, comentários, narrativas etc. acarretam transformações no processamento da tessitura textual.

Este trabalho focalizou as marcas lingüísticas da **retextualização** no processo de “tradução” do depoimento em documento. A prática forense de tomar depoimentos tem por objetivo documentar ‘fatos’ (ações) ocorridos que geraram o conflito judicial. O registro dos depoimentos constitui os autos do processo, são as provas verbais. A “tradução” de depoimentos decorre de **estratégias de inquirição**. Os elementos lingüísticos inseridos estabelecem relações decisivas na progressão textual e realizam a função de encadear as UIs numa dada direção argumentativa, determinando a função global do texto.

As decisões interpretativas (organização e administração da textualidade) visam a um a projeto totalizante que cons-

trói a unidade das informações e conferem ao texto-documento características próprias que possibilitam a categorização de um determinado tipo de texto, ou seja, são as interferências que fazem do depoimento um texto jurídico. Como texto autodirigido à instituição jurídica, as **estratégias de retextualização** integram um conjunto de práticas que evidenciam uma “tradição tradutória”.

Referências

ALVES, Virgínia Colares Soares Figueiredo. **A decisão interpretativa da fala em depoimentos judiciais**. 1992. f. Dissertação de Mestrado. Recife - UFPE, 1992.

_____. Transformações organizacionais e transformações interpretativas no nível da textualidade. **Revista Investigações – Lingüística e Teoria Literária**. Recife, n. 3, 1993.

AUSTIN, J. L. **How to do thinks with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

DUCROT, O. **Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer**. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. **Provar e dizer: leis lógicas e argumentativas**. São Paulo: Globo, 1981.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. G. V. **Lingüística Textual: uma introdução**. São Paulo: Cortez, 1988.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1993.

LABOV, William. The transformation of experience in narrative syntax. In: _____. **Language in the inner city**. Oxford: Basil Blackwell, 1972. p. 354-396.

_____. Speech actions and reactions in personal narrative. In: TANNEN, D. (Ed.) **Analyzing discourse: Text and Talk**. [s. l.]: Washington Press, 1982. p. 219-247.

_____. LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELMS, J. (Ed.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1976. p.12-44.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes:EDUSP, 1993.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.

MOESCHLER, J. Answer to questions about questions and answers. **Jornal of Pragmatics**, v. 10, p. 227-253, 1986

O'BARR, W. M.; CONLEY, J. Litigant satisfaction versus legal adequacy in small claims court-narratives. **Law & Society Review**, v. 19, n. 4, p. 661-701, 1985.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 1990.

TANNEN, D. On Talking voice that is so sweet: constructing dialogue in conversation. In: **Talking Voices - Repetitions, dialogue and imagery in conversation discourse**. Combridge: Cambridge University Press, 1989. p. 98-133.

WITTGENSTEIN, L. **Sobre la certeza**. Barcelona, Gedisa, 1988.